

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	-1. FEV. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	



A Direita e o regime democrático

Vital Moreira *

Nas eleições de 2 de Dezembro a direita obteve um dos seus principais objectivos. Conseguiu uma maioria parlamentar — ainda que escassa e porventura pouco consistente — que lhe permitiu constituir governo. Todavia, a vitória da direita ficou aquém das suas ambições. Na verdade, a AD tentou transformar, ilegítimamente, as eleições de deputados num plebiscito sobre o regime democrático-constitucional, contra a Constituição, as nacionalizações, a reforma agrária, etc. Não venceu. Com efeito, se para poder governar basta ter mais deputados, para vencer um plebiscito é necessário ter mais votos. Não só não obteve uma maioria absoluta de votos, como ainda por cima obteve menos votos do que os somados pelos seus directos adversários, o PS e o PCP. Em todo o caso, a vitória da direita, nem por ser incompleta, deixa de ser preocupante. Nuvens sombrias perfilam-se sobre o horizonte próximo do regime democrático em Portugal.

A discussão do programa do Governo e da moção de confiança solicitada pelo Governo à Assembleia da República, bem como as primeiras medidas governamentais não são de molde a afastar essas preocupações. Pelo contrário.

Decididamente reaccionária

A direita portuguesa não tem emenda. Globalmente considerada, é decididamente reaccionária e tendencialmente antidemocrática. Não suporta o regime democrático saído do 25 de Abril. Sente-se exilada, fora do seu ambiente natural. Alguns não escondem sequer as saudades dos bons velhos tempos em que campeavam sem adversários (ou melhor, com os adversários na prisão), em que o grande capital monopolista dominava toda a economia, em que os bancos e as grandes companhias não estavam nacionalizados, em que não havia reforma agrária e os latifundiários enchiam tranquilamente os bolsos à custa da miséria e da fome dos trabalhadores rurais, em que os patrões mandavam como imperadores nas suas empresas, sem delegados sindicais, comissões de trabalhadores e controlo de gestão, em que as greves eram ilegais e destroçadas à força de cacetadas e de prisões, em que o analfabetismo e o obscurantismo mantinham os camponeses na mais fiel servidão, enfim, em que os grandes senhores do capital e da terra mandavam e dispunham livremente da riqueza do País, da liberdade dos cidadãos e da vida das pessoas.

Toda a direita, em qualquer país, é visceralmente hostil a qualquer regime democrático que ameace os seus lucros, os seus privilégios e o seu poder. É contra as nacionalizações e a reforma agrária, contra os direitos de intervenção dos trabalhadores (seja nas empresas, seja na economia em geral), contra a intervenção pública na economia (salvo quando a seu favor), contra o aumento das despesas públicas no domínio social (designadamente na segurança social, na saúde, no ensino), contra o aumento de impostos sobre os grandes rendimentos e fortunas e sobre os lucros das empresas, contra a criação de serviços públicos para a satisfação de necessidades colectivas (serviço nacional de saúde, etc.), enfim, contra tudo o que ponha em causa o poder da oligarquia económica e política do capitalismo. A direita é, pois, por princípio, congenitamente, conservadora e anti-progressista.

Simplymente, em Portugal, a direita não conseguiu evitar que o 25 de Abril atacasse em alguns aspectos fundamentais o seu poder (político, económico e social), que profundas reformas alterassem substancialmente a estrutura económica, social e política portuguesa, cerceando o poder da oligarquia monopolista e latifundiária do sala-

zarismo, conferindo às organizações de trabalhadores amplos poderes de intervenção na economia, alargando a esfera da satisfação pública de necessidades sociais, etc. Não se trata, para ela, apenas de conservar os poderes ou os privilégios que ainda tem (veja-se a sua luta contra o serviço nacional de saúde), ou os que, tendo perdido, readquiriu pela mão dos governos dos últimos três anos (veja-se o que se passa no domínio da comunicação social do Estado, na reforma agrária, etc.). Trata-se, sobretudo, de reagir contra as conquistas populares que ainda se mantêm de pé — e são muitas —, de recuperar completamente aquilo que o fascismo lhe deu e o 25 de Abril lhe tirou, de restaurar a velha ordem económica e social existente no 25 de Abril. É por tudo isto que a direita portuguesa é, depois do 25 de Abril, congenitamente reaccionária e restauracionista.

Mas é por isso mesmo que a direita portuguesa acaba por ser, de igual modo, tendencialmente antidemocrática. Historicamente sabe-se que em Portugal sempre foram incompatíveis as liberdades democráticas e o domínio económico do grande capital. Dada a debilidade congénita do capitalismo português, o domínio do grande capital e dos senhores da terra e a realização da acumulação capitalista nunca conseguiu prescindir, durante muito tempo, da repressão e da limitação ou liquidação das liberdades públicas. Não se trata naturalmente, de uma subjectiva, de um vício de personalidade, mas sim de uma questão de uma quase necessidade objectiva.

Ao contrário da burguesia dos países capitalistas ricos — que não só conseguiu fazer uma revolução liberal e estruturar o seu próprio Estado, mas também têm conseguido, mediante concessões oportunas e medidas, manter em limites suportáveis a contestação popular do sistema capitalista, sem pôr no fundamental em causa as liberdades públicas (pelo menos no aspecto formal) —, a burguesia portuguesa não só não foi capaz de fazer a sua própria revolução, como, sobretudo, sempre tem sido incapaz de fazer funcionar «normalmente» o mecanismo da acumulação capitalista, de modo a conter a contestação operária e popular sem pôr em causa as liberdades, sem recorrer à prestimosa colaboração do aparelho repressivo do Estado. A I República foi liquidada — e com ela as liberdades políticas e civis — ao fim de 16 anos. Durante os 50 anos do fascismo, um ou outro arremedo de liberalização foram logo abafados, mal houve as primeiras greves e manifestações (ver o que aconteceu com o marcelismo em 1969/71).

A grande burguesia e o 25 de Abril

Depois do 25 de Abril, a história é igualmente clarificadora. Não foi naturalmente com entusiasmo que a grande burguesia acolheu o 25 de Abril. Obviamente alguns dos seus representantes protestaram a sua satisfação pela queda do «anterior regime» (eufemismo em que a direita designa o fascismo, palavra que lhe queima os lábios). Mas imediatamente se pôs em campo para evitar que se fosse longe de mais, isto é, que se pusesse em risco o poder e as fortunas que os grandes capitalistas e senhores da terra haviam adquirido durante o fascismo. Democracia sim, mas desde que ela se limitasse cautelosamente ao domínio político sem pôr em causa as relações do poder económico e social. Todavia, mesmo esta aceitação (forçada) da democracia formal e das liberdades civis e políticas foi sol de pouca dura. As primeiras greves, manifestações e lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e por melhores condições de vida, a direita entrou em pânico, maldisse

as liberdades e preparou o primeiro golpe (o de Sá Carneiro — já então ele! — e Palma Carlos em Julho de 1974). Perdeu, tal como perderia os seguintes, cada vez mais desesperados à medida que se ia vendo perdida. A institucionalização do regime democrático, com a aprovação da Constituição em 2 de Abril de 1976, foi um golpe duro nas suas esperanças de recuperação. A partir daí os seus projectos de restauração passavam a ser incompatíveis com a própria Lei Fundamental do País.

Ao longo de mais de três anos de regime constitucional a direita obteve alguns ganhos importantes, graças, inicialmente, ao Partido Socialista, que lhe ofereceu a contrarrevolução legislativa (mormente a lei Barreto), uma política económica fundamentalmente voltada para a reconfiguração capitalista da economia («pacotes» económicos e acordo com o FMI), e, até, finalmente, o próprio Governo (II Governo), incluindo, como brinde, postos de governadores civis, jornais do Estado, lugares na administração de empresas públicas, desintervenções de empresas por atacado, etc., etc.

Nada disto satisfaz a direita. Em vez de a via de mão livre agarrar o poder, a perda de alguns ganhos importantes, não conseguiu obter os seus objectivos fundamentais. Pelo contrário: quanto mais lhe deram a ganhar mais se apressou para reconquistar. Utilizando o PS apenas enquanto o teve por útil, em breve o conseguiu ver expulso do Governo e finalmente substituído por um governo à sua medida: o Governo Mota Pinto. A operação lançada com este Governo não obteve, todavia, o sucesso desejado. Eis pois que a direita resolve investir em pleno nas eleições intercalares.

Julgá chegada o momento de jogar tudo por tudo. Não se basta com propor um agravamento de política de recuperação capitalista. Exige nem mais nem menos a cabeça do próprio regime democrático-constitucional. Propõe-se alterar de alto a baixo o sistema político, económico e social saído do 25 de Abril. Reúne todas as suas forças, desde as centrais patronais à Igreja, incluindo o irrisório clube monárquico e o desacreditado grémio «re-formador» (dando dez lugares de deputados em troca de votos que isolados não chegariam porventura para eleger meio deputado!), sem esquecer o recurso aos melhores esquemas de terrorismo moral para liquidar os adversários.

Preocupantes perspectivas

No cartel das forças de direita que adoptou como pseudónimo a designação de Aliança Democrática, confluem, ao lado de sectores que se reclamam de vocação liberal, todas as forças do Portugal velho, em que não falta sequer o elemento monárquico (que aliás nem se apresenta como o mais ultramontano), abrangendo todos os sectores da família da direita.

Dir-se-ia a materialização do sonho dos liberais marcellistas de 1969, fraccassado em menos de dois anos. Só que aquilo que em 1969 poderia aparecer, para alguns menos atentos, como força de decompressão do salazarismo, aparece hoje como união de todos os que hostilizam o regime democrático-constitucional e querem repor a velha ordem das coisas (pelo menos no aspecto económico). O que os une a todos é mais aquilo a que se opõem e querem destruir, do que aquilo que propõem e querem pôr em seu lugar. É, nesse sentido, uma coligação essencialmente negativa, onde as contradições internas prenunciam conflitos mais ou menos profundos (a curta e mal sucedida experiência da «convergência democrática» entre o PSD e o CDS em 1977 aí está a recordá-lo). Em todo o caso, isso que os une — ou seja, destruir os traços mais marcantes

do actual regime democrático — transporta no seu bojo consequências perigosas para o regime democrático.

É fácil ver porquê. Na verdade, a restauração da lógica da acumulação capitalista implica o desmantelamento do sector público da economia e a reconstituição de grandes grupos financeiros, a liquidação da reforma agrária, o desarmamento do controlo estadual da economia, a diminuição das defesas públicas de carácter social, o cerceamento da intervenção dos trabalhadores nas empresas e na economia em geral, a diminuição substancial dos salários reais em favor dos lucros capitalistas, etc. Ora, não é crível que uma tal política possa ser levada a cabo sem uma resistência tenaz dos trabalhadores e das massas populares. Os trabalhadores não poderão assistir passivamente a uma maior diminuição do seu poder de compra e à emaculação dos seus direitos de intervenção sindical, os trabalhadores rurais não poderão suportar passivamente a restauração da propriedade latifundiária e a espoliação das terras que ora possuem, os pequenos empresários não irão deixar-se cair na falência, os trabalhadores não deixarão de lutar por melhores condições e pensões, não deixarão de lutar para não deixar desvalorizar as suas já magras pensões em silêncio, as camadas populares em geral não irão assistir quedas à degradação, por falta de verbas dos serviços públicos de educação, de saúde, etc. A resistência popular a tal política será tanto mais determinada e ampla, quanto é certo que custa mais perder o que se adquiriu do que não conseguir realizar uma expectativa.

Não é difícil ver como a tentativa de impor a proposta política da direita poderá conduzir, por via de lógica natural, à conhecida espiral de resistência popular — repressão — reacção popular — limitação das liberdades, e assim por diante, até ao estabelecimento de um regime de força mais ou menos autoritário, tudo isto, obviamente em nome da «lei» e da «ordem» e até, porventura da «legalidade democrática» (que já, no Alentejo, roubou a vida a dois trabalhadores). A repressão seria tanto mais violenta, quanto é certo que a direita não esconde um claro sentido de desforra e vindicta (como se tem mostrado exuberantemente no caso Lurdes Pintasilgo).

Neomarcélismo e neo-salazarismo

É óbvio que na dita Aliança Democrática estes pormenores não são explicitados e não custa a acreditar, até, que alguns repudiariam sinceramente tal perspectiva como estando longe dos seus propósitos. Mas a questão é que, uma vez iniciado tal processo, as intenções individuais pouco contam. Pouco importa que alguns queiram «apenas» reformar o sistema democrático sem o pôr em causa, alterar o sistema económico sem mexer nas liberdades democráticas. Lembremos o 28 de Maio: nem todos os que o levaram a cabo eram fascistas, nem sequer adeptos de um regime mais ou menos repressivo. Pelo contrário. A direita republicana «apenas» queria pôr fim à «hegemonia» do Partido Democrático (PRP) e «reformar» a Constituição de 1911. Em breve, porém, si viram submersos pelo movimento que haviam desencadeado, quando ele foi empalmado pelas forças da direita radical. Alguns ainda tentaram travá-lo ou invertê-lo. Foram lançados borda fora (o primeiro foi o próprio chefe da revolta, Gomes da Costa). A «reforma» salazarista estava em marcha. O fascismo foi a sua consequência lógica e natural.

O ponto essencial e indementível é que as forças económicas, sociais, políticas e ideológicas que sustentavam o fascismo constituem uma parte importante — e dominante! — das forças que constituem a base de apoio deste Governo.



de parlamentar das várias forças políticas (de tal modo que a eleição de um deputado de esquerda precisasse de muitos mais votos do que um deputado da direita)?

Democracia, conquista da esquerda

Não se diga que noutros países forças congêneres às da dita Aliança Democrática ganham eleições e governam sem pôr em causa o regime democrático dos respectivos países. Só que em nenhum desses países os partidos de direita se propõem liquidar a Constituição, destruir o regime, mudar de alto a baixo o sistema existente; nesses países, a grande burguesia, tendo o seu poder relativamente estabilizado, não põe em causa o fundamental das conquistas sociais (aliás, em geral restritas) das massas trabalhadoras. O inverso sucede em Portugal. Para a direita portuguesa não se trata de preservar o seu poder; trata-se de o reconquistar. Ora, se ela nunca foi capaz de o conciliar com a democracia, muito menos poderá reconquistá-lo sem a pôr em causa. Não existe exemplo histórico de o grande capital reconquistar o seu poder sem liquidar a democracia, mesmo quando chega ao poder por vias não golpistas.

Em Portugal, a liberdade e a democracia foram sempre uma conquista das forças de esquerda em cada época. Foi assim em 1820 (liberalismo), em 1836 (setembrismo), em 1910 (República), em 1974 (25 de Abril). Inversamente, as interrupções da liberdade e da democracia (sempre repressivas, sempre ditatoriais) foram sempre obra da direita de cada época. Foi assim em 1828 (miguelismo), em 1844 (cabralismo), em 1926 (salazarismo). Em todos os casos, de um lado, as forças políticas das classes populares, dos pobres, dos explorados e, do outro lado, as forças políticas da oligarquia economicamente dominante, dos banqueiros, dos latifundiários, dos privilegiados. É essa uma luta que, agora, de novo assume uma aguda dimensão.

Não deixa de ser elucidativo que a dita Aliança Democrática não hesite sequer em propor a subversão da Constituição mediante a admissão de uma forma de expressão política — o referendo — nela não prevista. Como pode reivindicar-se como democrático um bloco de forças políticas que começa por afirmar-se disposta a um golpe contra a própria Constituição? Como pode reclamar-se como democrático um bloco de forças políticas que se propõe expressamente substituir a actual Lei Eleitoral de modo a distorcer em seu favor a representatividade?

* Deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PCP. Professor da Faculdade de Direito de Coimbra.